

TRATAMENTO DO IMIGRANTE HAITIANO NO BRASIL

Letícia Bolzon Silva¹

Leonardo Mercher²

Resumo

O presente artigo propõe-se a apresentar uma análise da situação dos imigrantes haitianos após sua chegada em território brasileiro em busca de melhores condições de vida; bem como averiguar os motivos que os levam a optar pelo Brasil como nova moradia e local de emprego. Também analisa se existem casos de xenofobia e racismo e as políticas governamentais que visam apoiar a manutenção da vida digna e legalizada dos imigrantes – em especial, os haitianos. O escopo aqui utilizado inclui o que tende a ser retratado pela imprensa, estatísticas de órgãos especializados, depoimentos dos próprios imigrantes e de testemunhas, para que uma luz seja acesa sobre essa realidade e haja a possibilidade de repensarmos o modo como o Estado brasileiro de fato trata os haitianos que recebe; e que tais novas atitudes se reflitam em geral e com relação a qualquer imigrante, independentemente de qual seja sua nacionalidade.

Palavras-chave: Imigrantes. Haiti. Brasil.

Introdução

O presente instrumento se vale da análise de artigos de reportagem, artigos, trabalhos e monografias acadêmicas que apresentam dados e depoimentos de autoridades, testemunhas e imigrantes relatando e denunciando a situação do imigrante haitiano em território brasileiro e das políticas migratórias do Governo Federal. Principalmente desde a ocorrência do terremoto de janeiro de 2010 no Haiti, o Brasil se apresentou como um dos destinos adotados pelos imigrantes da ilha caribenha que buscam melhores condições de vida. É importante que se tenha noção das condições de vida desta população tanto dentro de seu país, como na travessia para os novos destinos, de modo a facilitar a elaboração de melhores políticas públicas com relação ao imigrante em geral e para que se possa respeitar o contexto sócio-econômico-cultural de cada uma, em especial o dos haitianos.

¹ Letícia Bolzon Silva (Bacharelada – Centro Universitário Uninter – Relações Internacionais).

² Leonardo Mercher (Doutor em Ciência Política - UFPR, Professor em Relações Internacionais Centro Universitário Uninter).

Também é essencial que se possam apontar casos de racismo e outros tipos de preconceito e humilhação relatados por testemunhas e/ou pelos próprios imigrantes ao chegarem ao Brasil, para que sirvam de alerta às autoridades e população geral para os males que tais atitudes causam. Entre as causas e contribuintes da escolha dos imigrantes pelo território brasileiro, podemos citar:

- Brasil como porta de entrada para a Guiana Francesa e etapa para a obtenção de visto de entrada em países como EUA, Canadá ou França;
- Posição pública aberta e hospitaleira por parte do Governo do Brasil;
- Difusão de informações inverídicas aos imigrantes, como de incentivo do Governo à imigração haitiana, interesse em sua mão-de-obra para as construções da Copa do Mundo de 2014, além de promessas de alimentação e moradia gratuitas e salários em torno de dois mil a três mil dólares ao mês;
- Papel político e econômico importante do Brasil, bem como seu comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e propagação da imagem de um Brasil sem discriminações;
- O terremoto de janeiro de 2010, impulsionando o deslocamento para um lugar que parecia, aos olhos internacionais, estar em todas as esferas comprometido com a estabilização e desenvolvimento haitianos e envolvimento com outros projetos sociais;
- O próprio enfraquecimento do apelo dos EUA e da Europa após a crise financeira internacional aumentou o fluxo imigratório para cá, principalmente como busca de refúgio por questões humanitárias, em que se julgam perseguidos ou desprotegidos por uma miríade de razões.

Com relação ao terremoto, nota-se que o evento acabou repercutindo em toda a população haitiana, mesmo nas regiões que não foram afetadas

diretamente por ele. Isso vem ocorrendo dado que o visto humanitário, concedido pelo Governo brasileiro, é bastante abrangente e facilita a permanência de cidadãos haitianos pelos mais diversos motivos; o visto também diminui o ingresso ilegal pela fronteira terrestre do Acre. Tais políticas públicas, que também incluem casos como de imigrantes sírios, contam com serviços de assistência à saúde e orientação profissional, bem como comprometimento com campanhas de esclarecimento e prevenção da imigração ilegal; com destaque para os benefícios dos meios legais de imigração.

As campanhas, que também alertam sobre os custos e riscos da entrada irregular, mencionam o fim do prazo de validade dos vistos e da emissão de novos, conforme resolução do Conselho Nacional de Imigração. Porém, um grande problema é a dificuldade da embaixada brasileira em conceder o número de vistos demandado. Por isso, pelo menos até 2014, parte do fluxo migratório continuou acontecendo por via terrestre e intermédio de coiotos (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 5).

Antes da criação do visto humanitário em 2012, os haitianos solicitavam refúgio sob alegação de perseguição, o que é um processo mais demorado e sem garantia de que será atendido. O visto foi criado pelo Conselho Nacional de Imigração para regular legalmente a entrada de imigrantes e acolhida mais ágil por conta do agravamento das condições de vida da população devido ao terremoto.

Com o início da concessão de visto por parte do governo, segundo o MTE, houve um aumento em números absolutos de 406% entre 2011 e 2012 e 254% entre 2012 e 2013 na presença de haitianos no mercado de trabalho brasileiro formal. A impressão inicial era de 100 vistos por mês, mas tinha e tem como principal entrave a documentação exigida ao imigrante. De janeiro de 2012 a julho de 2013, foram emitidas 5728 autorizações permanentes.

No entanto, não foi acompanhada de inclusão e aculturação; pois é cedida a documentação para autorizar a viver e trabalhar no país, mas todos os outros aspectos ficam a cargo dos esforços de instituições da sociedade civil. Tais iniciativas esbarram na falta de conscientização da parte de quem recebe, o que facilita a exploração da mão-de-obra haitiana e aumento de trabalhadores clandestinos e envolvidos em trabalho pesado.

Por ter dificuldades com a língua portuguesa e não serem acostumados com os hábitos brasileiros, acabam reféns de maus empregadores que muitas vezes os colocam em condições análogas à escravidão. Em contextos assim, muitos não são pagos ou não recebem o suficiente para pagar alimentação e estadia. Alguns vivem da caridade de instituições como igrejas, porque estão aqui há mais de três anos e não encontram nenhuma forma de sustento.

Uma das instituições que vem ajudando os haitianos no Brasil é a ONG Viva Rio e seu projeto Haiti Aqui, que conta com treinamento, orientação profissional e até um programa de rádio em creole disponível na internet, com a intenção de auxiliar no processo de aculturação.

O Estado brasileiro se mostra incapaz de lidar com a situação imigratória porque, na mesma medida em que é aceito, ele é também rejeitado, através da negação do status de trabalhadores legais e outros direitos de cidadania, bem como outros tipos de exclusão velada como discriminação racial, dificuldade de comunicação e marginalização econômica – residindo em áreas periféricas e exercendo postos aquém de sua formação por conta de diplomas estrangeiros que não são reconhecidos em nosso território.

O fato de que pelo menos 85% dos cidadãos haitianos com ensino superior se encontra no exterior indica a diáspora da força de trabalho qualificada que migra, mas que nem sempre terá tal qualificação reconhecida no lugar onde chega; com a questão de idioma como um grande empecilho para a inserção no mercado numa posição compatível com sua formação, o que reforça de forma negativa a sua condição de estrangeiro.

Uma alternativa a essa questão pode estar na discussão sobre os direitos dos imigrantes durante os Ensinos Fundamental e Médio, o que aproximaria haitianos e brasileiros por meio de uma reflexão integrada. De acordo com dados de 2014 da OIM, 73,6% dos haitianos ganham salário insuficiente para sobreviver, com o custo alto de vida no Brasil e baixa remuneração como fortes geradores de discriminação e vulnerabilidade. Tais dificuldades e a falta de domínio da língua portuguesa aumentam o isolamento e prejudicam a inserção, aculturação e a ascensão social.

O fluxo imigratório para o país parece estar diretamente ligado ao mercado de trabalho nacional e sua demanda de dois extremos da força de

trabalho – cargos destinados a pessoal superespecializado, e o com o maior número de vagas, que é o setor de nível básico, que exige baixa qualificação e parece estar empregando mais imigrantes. De acordo com relatório da OIM do mesmo ano, as ocupações mais declaradas durante as solicitações de visto de permanência são na área de construção civil para os homens e no setor de serviços para as mulheres.

Em outra pesquisa realizada pelo mesmo órgão, em 2013, constatou-se um conjunto de fatores sociais e econômicos que indicam as maiores dificuldades do imigrante. Entre eles estão o idioma, o acesso ao emprego, habitação, formação e a discriminação, com a maior delas sendo o idioma. A adaptação do imigrante, a partir do modelo de Berry, é um processo bidirecional que tem a ver com a redefinição da relação do migrante com a cultura tanto do lugar onde chega como a do lugar de onde vem. Ela caracteriza integração, caso hajam relações fortes com ambas as sociedades, marginalização em caso de ausência de vínculo com elas, separação (laços maiores com o país de origem) e a assimilação, em que elas são mais fortes com o local de acolhida.

Para que a aculturação possa ocorrer, e, com ela, a maior adaptação do imigrante, medidas educacionais devem ser adotadas através da incorporação de elementos culturais de várias fontes a que o indivíduo possa ter sido exposto, incluindo assim sua história de vida e formação a nível cultural; fazer uma nova análise das relações em comunhão com a lógica de mercados, que também acabam explicando o aumento no fluxo migratório, que devem ser integradas e irrestritas a fronteiras políticas. A produção cultural é considerada um dos melhores modos de integrar os imigrantes.

No caso dos haitianos e do Brasil, há muita necessidade de união com os governos de Peru e Equador, por estarem na rota dos imigrantes para chegarem ao nosso país; para inibir a atuação de coites, que tornam a situação ainda mais difícil e vulnerável.

Da Imagem do Imigrante: a desilusão com o Brasil

Com relação aos haitianos, também ocorre a imagem de ameaça como povo estrangeiro a ser combatida pelos locais – através de estigmas

espalhados em rodas de conversa, muitas vezes relacionados aos fenótipos dos imigrantes, utilizados como estratégia de dominação.

Tais atitudes tendem a fazer com que os imigrantes fiquem desacreditados e sejam considerados como um mal necessário que deve ser constantemente vigiado. Uma das formas pelas quais essas pessoas sofrem com casos de racismo no Brasil é a redução da sua condição à sua nacionalidade e sua utilidade como mão-de-obra necessária principalmente para funções básicas, pesadas e de baixa remuneração.

Provavelmente como uma resposta ao preconceito sofrido e como forma de afirmação de sua identidade, temos como exemplo o uso da religiosidade com tal objetivo encontrado na cidade gaúcha de Lajeado, onde uma indústria alimentícia oferece opções de cardápio diferenciadas nas refeições dos funcionários haitianos.

Por consideração àqueles que afirmam não consumir carne suína por motivos religiosos, feijão e outras preparações onde a presença da mesma é comum, portanto, não são oferecidas a eles. Outro indício está na preparação da carne, em que o método brasileiro é criticado por deixar um “gosto forte” no alimento; bem como na questão de estilo de vida, citando que fazem pouco uso de bebidas alcoólicas e são considerados pelos empregadores locais como funcionários extremamente organizados e responsáveis.

Com relação ao dinheiro, os brasileiros são vistos como mais individualistas, enquanto no Haiti a cultura de partilhar o que se possui é bem mais difundida.

Depois de chegar ao Brasil por conta do terremoto de 2010, alguns anos depois milhares de haitianos se encontram em pior situação econômica do que quando partiram e com isso consideram fazer outras travessias perigosas pela América Latina ou mesmo os EUA. Os que chegaram ao país em 2014 se disseram atraídos pelas promessas de oferta de emprego farto que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos trariam. Mas o que se vê hoje é a pior crise econômica desde a volta dos governos democráticos, e os haitianos ficando sem trabalho. Mesmo assim, o governo brasileiro atualmente concede cerca de dois mil vistos de permanência por mês e segue aberto aos imigrantes, mas muitos estão indo embora para lugares como Chile e Costa Rica (40000 entre 2014 e 2015).

Com o aumento na emissão mensal de vistos, o número de imigrantes que chegam por vias ilegais diminuiu a ponto de o abrigo no Acre acabar sendo fechado. O Brasil tem deixado de ser um destino paradisíaco para os imigrantes principalmente pelo custo de vida alto e a falta de treinamento, que não os permite receber o suficiente para viver bem aqui e também conseguir enviar recursos para as famílias que permanecem na ilha. Sendo assim, não somos mais os maiores recebedores de imigrantes que éramos até a metade do século XX, quando obtemos muito de nossa diversidade cultural com a chegada de europeus, árabes e asiáticos.

Até 2015, o Brasil tinha apenas 713.568 (OIM, 2016) residentes estrangeiros, de acordo com relatório da Organização Internacional da Migração; especialmente na última década, a atração pelo Brasil como destino aumentou neste século, diminuindo em 20% de 2010 a 2015. O maior fluxo de imigração tem sido no eixo Sul-Sul.

Até 2011, não havia instância ou secretaria de governo responsável por tudo o que concerne a questão migratória; com políticas feitas pelo Conselho Nacional de Imigração, fiscalização e controle de permanência pela PF, regularização de vistos com o Ministério da Justiça e as negociações diplomáticas acontecem através do Itamaraty, ainda sendo tratadas majoritariamente sob viés econômico, segundo o caderno Economia do jornal O Globo e declarações do presidente. No dia 21 de novembro de 2017 entrou em vigor a Lei 13,445/2017 que diz respeito à migração e que promete transparência e menos burocracia ao derrubar o antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980 e tirar do imigrante o rótulo de ameaça do Estado e frisar sua condição de ser humano pleno de direitos e obrigações; porém a polêmica começa com o decreto 9.199/2017 relacionado a ela e suas aparentes restrições à garantia de tratamento igualitário entre brasileiros e haitianos.

Isso ocorre porque o texto apresenta passagens que diminuem o enfoque humanitário e foi sancionado pelo Poder Executivo com apenas uma reunião e consulta pública consideradas insuficientes antes de ter sua minuta disponibilizada, como também artigos que apresentam problemas de legalidade. A Lei passou por extensa participação da sociedade civil e de organizações internacionais e propõe fim às prisões migratórias e deportações

imediatas, com ilegais em território brasileiro sendo autuados e com assistência jurídica para sua permanência.

Pessoas sem documentação nas fronteiras, que busquem refúgio ou ajuda humanitária e crianças desacompanhadas serão agora acolhidas e expulsões ocorrerão apenas em caso de crime com pena de restrição de liberdade, ficando proibidos de retornar ao Brasil pelo dobro do tempo da condenação. Entre os motivos que podem ser alegados para a obtenção de visto temporário estão tratamentos de saúde, recebimento de oferta de trabalho, reunião com familiares e acolhida; o refúgio, mais especificamente, não se enquadra em casos com questões econômicas e ambientais. Também autoriza acordos em que o imigrante preso aqui cumpra pena em seu país de origem, mas outro entrave no acesso dessas pessoas a informações corretas é o número de instituições envolvidas nessas questões, que passam pelo Ministério das Relações Exteriores, MTE e pela Polícia Federal.

O Imigrante Haitiano e a Imprensa Brasileira

Com relação à imprensa, mesmo na década de 2010 ainda existe a escolha por uso de termos de lugar-comum dentro das abordagens da complexa questão imigratória. Apesar de aos poucos começarem a aparecer medidas que prestam mais atenção à questão dos direitos humanos, nota-se que, por exemplo, o fato de o imigrante não poder votar nem ser votado não possui tanta importância quanto a influência de um irregular no mercado de trabalho local. Isso sem contar que as discussões relevantes à área vêm sendo atropeladas por períodos eleitorais e outras tramitações. Também se percebe o “empurrão com a barriga” nas explicações de um lado e outro da sociedade civil e governo na tentativa de justificar a burocracia enfrentada pelos imigrantes. Ela, na maioria das vezes, oscila entre despreparo do Estado e a admissão de que são realmente numerosas as necessidades dessas pessoas.

Entre os lugares-comuns adotados por boa parte dos jornais (e que acaba se provando um mito na prática), está o de que o Brasil é uma nação hospitaleira e aberta a todos. Mas se analisarmos comentários a essas matérias que dão essa impressão, verificamos que se aplicam apenas aos “imigrantes desejados” – europeus e, eventualmente, asiáticos e árabes. O que

também inclui generalizações que não condizem com o atual cenário internacional, números que não batem e omissão de dados.

Em reportagens como a da Folha de São Paulo narra-se a saga de haitianos e senegaleses desorientados após mais de 70 horas de viagem, de exploração por parte de “coiotes” e más condições ao chegar ao país – com o próprio repórter tendo de fazer contato com órgãos como a Missão de Paz, de SP, para que haja algum tipo de assistência. Há também destaque para as instituições religiosas envolvidas na questão. Imigrantes vagando em seus entornos porque não encontram trabalho devido à falta de documentação e que se alimentam através de doações. Assim como aqueles que recebem ajuda de compatriotas que estão no país há mais tempo.

Outros artigos ilustram o fechamento do abrigo de Brasileia, com o governo do Acre apressando-se para “dispensar” os imigrantes para seus destinos finais no Brasil e depoimentos que descrevem situações de grande humilhação. Também se vê por elas a necessidade de acordo entre as autoridades haitianas e brasileiras.

Percebem-se promessas de ação conjunta entre os governos estaduais em encontros que se afirmam inéditos, mas não são. Medidas que poderiam resultar em hospedarias como as existentes durante os séculos XIX e XX para os imigrantes chegam a ser consideradas nessas reuniões. Por conta da influência cada vez maior das instituições que defendem os direitos humanos, a imprensa vem tentando manter-se “politicamente correta”, com adaptações à intolerância diante dos imigrantes indesejáveis, embora ela ainda se mantenha.

Apesar de reconhecer que atualmente o número de imigrantes irregulares vem diminuindo e de que ele é pouco significativo em termos gerais, ela ainda tende a enfatizar que os números totais da imigração haitiana surpreendem o governo e a opinião pública. Tratando-os a priori como um problema social desde o século XIX e reforçando seu impacto na economia local, independentemente do racismo e xenofobia que sofram.

Mesmo fazendo críticas ao governo, coloca-se muito crédito na crença de um Brasil hospitaleiro e justo, em que o imigrante é um bode expiatório de questões genéricas. A questão imigratória se vê reduzida a interesses de partidos de oposição, algo de responsabilidade exclusiva do Governo Federal. Sem contar o uso de termos que associam a ilegalidade administrativa como

algo inerente à sua pessoa e a relevância de seus direitos humanos assegurados é ignorada. Felizmente, nem todas as reportagens são assim. O número de artigos relativamente imparciais, que destacam posicionamentos que defendem os direitos dos imigrantes e apontam para falhas de políticas governais que podem torna-los mais vulneráveis vem aumentando.

No entanto, o enfoque e tom da maioria continua nas tragédias e incidentes ocorridos nas travessias até aqui, além do uso de termos pejorativos. A maior parte das estatísticas é omitida, e as que aparecem são impregnadas do senso-comum de que o país está sendo “invadido” por imigrantes, e outras contradições. Entre as denúncias que podem ser encontradas nos relatos da imprensa, estão violações de direitos humanos e outras como não pagamento de horas extras, falta de assistência médica e falsas promessas na chegada ao Acre. Sem esquecer das jornadas de trabalho acima do tempo permitido e salário abaixo do piso e alojamento e comida de baixa qualidade.

Também há relatos de empregados escolhidos no Acre pela aparência de seus dentes e canelas, como no tempo da escravidão, e de acusações de que os imigrantes trouxeram ou podem trazer o vírus ebola para o Brasil, mesmo que não haja casos da doença no Haiti.

Considerações Finais

É triste e penoso perceber que, além de todas as desgraças pelas quais passam e que os obrigam a deixar o país de onde vêm, imigrantes, e mais ainda os haitianos, sejam obrigados a suportar entraves burocráticos, falta de emprego (ou situações de subemprego), casos de xenofobia, racismo e outros preconceitos.

O triste paradoxo do país que se diz aberto e que facilita a vinda de estrangeiros para morar e trabalhar aqui sempre que necessário, mas que não os auxilia em sua adaptação ou aculturação fica mais evidente nos mitos espalhados e na demora para a implantação de políticas públicas concretas para lidar com questões complexas como a dos imigrantes.

Certamente para que o slogan das fronteiras abertas faça sentido na prática, o Estado precisa estar preparado para dar a atenção devida às

necessidades desta população, usar a educação como forma de mitigar ignorâncias e preconceitos com as novas culturas que chegam aqui e propiciar canais de denúncia para casos de maus tratos.

Referências

BÖHM, Thais. **Nova lei regula situação de estrangeiros no país**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/nova-lei-regula-situacao-de-estrangeiros-no-pais>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Rio de Janeiro, 2015. 545 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Mohammed El Hajji. Disponível em <http://midiacidada.org/img/tese_final_GBC_final.pdf> Acesso em 30 jun. 2018.

COSTA DE SÁ, Patrícia Rodrigues; SILVA, Filipe Rezende. **Desafios à inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira**. Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/27_PRCs.pdf> Acesso em 30 jun. 2018.

DALMAGRO, Marcia Luíza Pit; LAJUS, Maria Luíza de Souza; RISSON, Ana Paula. **Imigração e trabalho precário: Reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina**. Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.

DE PAULA, Cykman Larissa. **As experiências migratórias a partir da inserção local de migrantes haitianos(as)**. Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.

DIEHL, F. **O processo de formação do estereótipo dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. Dossiê: Imigração Haitiana no Brasil**: Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.

FERREIRA, Granada Daniel. **Negritude e diferença no caso da imigração haitiana no sul do Brasil**. Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.

GIRALDI, Renata. **Sírios e haitianos têm tratamento diferenciado no Brasil**. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-08/sirios-e-haitianos-tem-tratamento-diferenciado-no-brasil>> Acesso em 15 jun. 2018.

HALL G., Kevin. **Brazil, once a Heaven, now a dead end for many Haitians.** Disponível em <<https://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/américa/haiti/article103920161.html>> Acesso em 15 jun. 2018.

JOSEPH, Anderson. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório.** Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.

OSAVA, Mario. **Wars, crises and catastrophes drive immigration to Brazil.** Disponível em <<http://www.ipsnews.net/2018/02/wars-crises-catastrophes-drive-immigration-brazil/>> Acesso em 15 jun. 2018.

OLIVEIRA, Márcio de. **Haitianos no Paraná: Distinção, integração e mobilidade.** Estado das Artes. Periplos: revista de investigación sobre migraciones. v. 1, n. 1, 2017.